

O nihilismo linguístico de Rousseau

Sílvia Faustino de Assis Saes

Departamento de Filosofia/UFBA

No início do *Ensaio sobre a origem das línguas*¹ Rousseau apresenta a linguagem como uma instituição social primordialmente inventada para responder às necessidades morais e às paixões humanas. A seguir, ele descreve um processo contínuo de perda progressiva da capacidade expressiva da linguagem que, em vez de falar ao coração pela comunhão dos sentimentos, passa a falar à razão pela comunicação das ideias. Esse processo, definido como um “progresso natural”, é aquele pelo qual uma linguagem, supostamente mais universal e mais próxima dos gestos e da voz, vai cedendo paulatinamente o lugar para as línguas escritas, forçosamente impregnadas pela lógica e pela gramática. Nessa linha de transformação progressiva das formas de troca linguística (que ocorre junto com as transformações sociais), o que a linguagem ganha em clareza, pelo aperfeiçoamento de suas características lógicas e gramaticais, ela perde em força significativa.

Depois de explicar a degeneração das línguas em termos de uma perda da “antiga energia” da melodia, originalmente vinculada à música e às expressões linguísticas, Rousseau considera, no último (e curto) capítulo do *Ensaio*, a relação da linguagem com a política. Neste último movimento argumentativo, o uso da linguagem como meio de persuasão cede lugar à imposição dogmática dos governos e de sua vontade. No ensaio intitulado “A força da voz e a violência das coisas”, Bento Prado Jr. argumenta no sentido de mostrar que há, em Rousseau, uma concepção retórica da linguagem, e que a originalidade do *Ensaio* consiste em ter denunciado, antes de muitos outros filósofos, o laço interno entre a linguagem e a violência. O objetivo deste trabalho consiste em tentar aprofundar essa interpretação de Bento Prado Jr. buscan-

1 Tomo a tradução brasileira de Fulvia M. L. Moretto, que contém, a título de apresentação, o clássico ensaio de Bento Prado Jr., “A força da voz e a violência das coisas”, Campinas, Editora da Unicamp, 1998.

do, na vinculação originária da linguagem com a afetividade e a moralidade, as raízes do que o próprio Bento chamou de “niilismo lingüístico” de Rousseau.²

O niilismo lingüístico, enquanto visão decorrente das hipóteses e conjecturas de Rousseau acerca da origem das línguas, pode ser delineado a partir de duas distinções que Bento Prado Jr. traça ao longo de seu ensaio: a) a distinção entre uma concepção logocêntrica e uma concepção retórica da linguagem; b) a distinção entre o uso genuinamente retórico da linguagem e ausência de uso retórico da linguagem. Quanto a esta última distinção, cabe esclarecer o seguinte: o uso genuinamente retórico da linguagem é, para Rousseau, aquele no qual se preservam as finalidades originais da linguagem como instrumento da arte de persuasão, como atividade vinculada à expressão espontânea e transparente dos afetos e dos interesses. O uso não-retórico é, ao contrário, aquele no qual, pela anulação das virtudes sociais dos elementos retóricos, se induz ao silêncio necessário para a manipulação e dominação política dos seres humanos. Começemos pela primeira e mais ampla distinção.

Inspirando-se em Jacques Derrida, Bento Prado Jr. afirma que o pressuposto mais seguro da concepção logocêntrica da linguagem está na “decisão de ordenar a estrutura das línguas à da Razão”, decisão esta que, por seu turno, conduz à ideia de que “é a gênese e a estrutura do entendimento que servem de guia à análise das línguas”.³ Tal concepção se caracterizaria pelo “otimismo lingüístico” expresso na crença da língua como o “verdadeiro espelho da razão”.⁴ Esse otimismo nasceria da ideia de que a linguagem, nunca impura em si mesma, viria sempre dar lugar à evidência do pensamento, estando aí a raiz da crença de que, pelo menos a linguagem da ciência, deve ser uma linguagem perfeita, capaz de funcionar como espelho impassível dos objetos de conhecimento. Mas o erro fundamental dos partidários dessa visão está, segundo Bento, na transformação do otimismo lingüístico em otimismo político:

Essa bela continuidade, esse otimismo lingüístico que faz da linguagem o espelho impassível em que vêm refletir-se, sem conflito, coisas inocentes, prolonga-se além do campo da Gramática e da Lógica: na própria idéia de uma “Filosofia das Luzes”, no engajamento dos “Filósofos”, esse otimismo torna-se *político*. A gramática e a política dos Filósofos amparam-se mutuamente: a livre circulação das palavras pode neutralizar a violência das coisas, instaurar o universo da liberdade. Não é segundo a mesma lei que se articulam, em Rousseau, a linguagem, a verdade e a liberdade.⁵

O tom da ironia crítica que demonstra adesão à posição de Rousseau se dirige ao prolongamento sutil do campo da gramática e da lógica para o que estaria além dele, isto é, dirige-se contra a extensão ilegítima de um ideal de aplicação da própria lógica no campo da política. Impulsionados pela Filosofia das Luzes, alguns filósofos (Condillac, certamente⁶) favorecem a expansão indevida da concepção iluminada pelo paradigma da linguagem das ciências, ao campo que se encontra além da ciência: o campo dos assuntos morais ou políticos. A “bela continuidade” promovida pelo deslize do otimismo lingüístico para o otimismo político se baseia na idéia de que a suposta capacidade da linguagem em refletir a natureza dos objetos da ciência pudesse também governar seu uso nos negócios humanos. Como se verá, em vez da “bela continuidade”, Bento Prado Jr. proporá uma mudança de paradigma, única capaz de acabar com a supremacia da imagem da linguagem como espelho transparente da razão.

Mas, vamos com calma, pois não se trata de simplesmente opor o “otimismo” ao “niilismo” lingüístico. Pois o que se opõe ao otimismo lingüístico, produzido pela concepção logocêntrica da linguagem, não é ainda o niilismo, mas uma concepção retórica – a princípio, não-niilista – da linguagem. Talvez o aspecto

2 Conforme Bento Prado Jr., “A força da voz...”, p. 18.

3 Bento Prado Jr., *op. cit.*, p. 10.

4 *Idem*, p. 10 (Bento cita o nome de Leibniz).

5 *Idem*, p. 11.

6 Condillac, que está sempre na mira de Rousseau no *Ensaio*, concebia a ciência como uma linguagem bem feita.

mais relevante do conceito de linguagem que ora se propõe seja aquele sob o qual o seu uso se encontra eticamente (e não logicamente) comprometido. Seria uma visão sob a qual a linguagem, como diz Bento, “não é mais comandada pela norma *lógica* da verdade, mas pela norma de uma verdade *ética*”.⁷ Nessa mudança de perspectiva, os acordos produzidos pelas convenções linguísticas já não podem mais ser governados pela bipolaridade lógica do verdadeiro ou do falso, intrínseca às representações da realidade pela linguagem, mas pela oposição – flexível, múltipla e até certo ponto vaga – entre verdade e mentira (no sentido *intra* e não *extra* moral) garantida pelos critérios de veracidade que sedimentam os acordos sociais. Uma vez situados em pleno campo da retórica, consideremos, então, a segunda distinção proposta no início: a que se instaura, não entre uma concepção logocêntrica e uma concepção retórica da linguagem, mas que se estabelece entre o uso e o não-uso da linguagem como arte da persuasão vinculada à espontaneidade e transparência dos afetos e dos interesses. Mas, a fim de explorar essa segunda distinção, vejamos um pouco mais de perto a concepção retórica cuja defesa está em jogo nos dois ensaios.

Ao longo de seu escrito, Bento Prado Jr. identifica, no *Ensaio sobre a origem das línguas* de Rousseau, três elementos que são classicamente considerados como retóricos:

- a) o elemento da persuasão;
- b) o uso da persuasão em assuntos públicos;
- c) o conteúdo ético que envolve o uso persuasivo.

À finalidade persuasiva da linguagem se liga o uso prático da linguagem que visa a agir sobre o interlocutor, levando-o a uma mudança de juízo ou de comportamento. Tal uso seria contrário ao uso cognitivo ligado a uma função representativa ou comunicativa de algum conteúdo.⁸ Ora, é precisamente na função persuasiva da linguagem aplicada a assuntos de interesse público que reside a essência da legítima ligação entre a retórica e a política. Mas talvez a maior originalidade da concepção da linguagem em Rousseau consista no fato de que o aspecto ético do uso não se separa do aspecto estético, pois a força moral da linguagem se assenta sobre os efeitos morais que só os elementos musicais da linguagem podem causar na sensibilidade dos ouvintes. Sob este ponto de vista, estaríamos diante de um entrelaçamento virtuoso da face retórica com a face poética do uso da linguagem. É isso que se pode depreender da ênfase que Bento Prado Jr. faz da concepção da “linguagem como imitação” opondo-a à concepção da linguagem como representação pictórica ou figurativa.

Ao definir o uso retórico da linguagem como “um uso da linguagem em que a função cognitiva e a função comunicativa são subordinadas à função imitativa”,⁹ Bento deixa claro que a originalidade da linguística de Rousseau não consiste em ter ele posto, a modo de acréscimo, a concepção retórica ao lado da concepção logocêntrica (representativa, lógica, pictórica, cognitiva), mas em ter defendido a submissão da última à primeira. Deixando de lado o que do próprio Bento se mistura aos *insights* que ele mobiliza no *Ensaio* de Rousseau,¹⁰ importa salientar que, tanto para um quanto para o outro, o bom uso da linguagem é o uso persuasivo, principalmente, ao que tudo indica, quando estão envolvidas questões relativas à vontade – tanto à vontade de verdade¹¹ quanto à vontade de poder,¹² ambas mencionadas por Bento. De qualquer modo, a fim de esclarecer essa concepção rousseauiana de retórica, que tanto agrada à visão

7 Bento Prado Jr., *op. cit.*, p. 13.

8 *Idem*, p. 82.

9 Bento, *op. cit.*, p. 87.

10 Há outros escritos de Bento Prado Jr. em que a defesa de uma concepção retórica *contra* uma concepção (digamos) lógica se manifesta claramente.

11 Bento, *op. cit.*, p. 90.

12 *Idem*, p. 14 (e outras passagens).

benedicta de Bento, convém explorar um pouco mais dois eixos que me parecem relevantes e reveladores nos dois ensaios: o eixo que eu chamaria de “poético” e o eixo que eu chamaria de “político” da retórica.

O eixo poético articularia todas as questões ligadas ao movimento pelo qual Rousseau, segundo Bento, substitui o paradigma pictórico da representação linguística pelo paradigma musical.¹³ Tal substituição apresenta-se como solidária da valorização de uma marca característica que somente as primeiras línguas possuíam: a de uma comunicação carregada de sensibilidade na qual os sentimentos eram partilhados de modo translúcido e transparente. Algo como uma fala imediata de coração para coração, num trânsito afetivo sem impedimento de qualquer ordem (muito menos linguística). Rousseau lamenta a perda da musicalidade primitiva da linguagem, ao mesmo tempo em que expõe o seu valor. A seus olhos, só a comunicação permeada pelo caráter essencialmente mimético da melodia pode relacionar-se com as paixões humanas. Segundo Rousseau, a melodia imita os movimentos da alma: “ela não somente imita, ela fala; e sua linguagem inarticulada, mas viva, ardente, apaixonada, tem cem vezes mais energia do que a própria palavra”.¹⁴ Ao imitar as inflexões da voz, a melodia exprime os lamentos, os gritos de dor ou de alegria, enfim, todos os “sinais vocais das paixões”. Eis a razão por que a melodia põe a alma em movimento: só ela pode, com seus acentos, arrancar de nós as nossas paixões escondidas. Mas a exploração da veia poética da retórica de Rousseau persegue aqui um alvo preciso: o de mostrar que a recepção sensível da melodia em nós é concebida em termos de “efeito moral”:

Os sons, na melodia, não agem em nós apenas como sons, mas como sinais das nossas afeições, de nossos sentimentos; é assim que excitam em nós os movimentos que exprimem e cuja imagem reconhecemos. Percebemos algo desse efeito moral até mesmo nos animais.¹⁵

Os sons, enquanto sinais das nossas afeições e sentimentos, são “causas morais” e seus “efeitos morais” consistem em despertar, pela virtude da *mimesis*, as mesmas afeições e os mesmos sentimentos. Esse é o sentido de Bento Prado Jr. ter afirmado que, em Rousseau, “a sensação jamais é livre de impressões morais”.¹⁶ A concepção mimética da linguagem fundada no efeito moral de sua (outrora intrínseca) musicalidade autoriza dizer que estamos diante de uma concepção retórica da linguagem na qual a ética e a estética da língua são uma coisa só. Ou seja: o eixo que chamei de “poético” poderia também ser chamado de “ético”, desde que entendido na acepção de Rousseau.

Quanto ao “eixo político” da concepção retórica de Rousseau, ele se concentra no último capítulo do *Ensaio*, que trata da “relação das línguas com os governos”. Ao fazer o comentário desse capítulo, Bento Prado Jr. observa que a articulação entre linguagem e sociedade estabelecida por Rousseau – afirmada desde o início, mas cujo ápice se atinge somente nesse capítulo – “faz tremer” a linguística clássica.¹⁷ Isso se deve ao fato de que a organização social e a instituição do lugar do poder na sociedade, que tradicionalmente são considerados como causas ocasionais ou elementos exteriores à constituição da linguagem são, para Rousseau, constitutivos e determinantes de sua própria estrutura. Essa observação é valiosa para esclarecer a visão, declarada por Bento (plenamente afiançada pela escrita de Rousseau), de que o bom uso da linguagem é o uso retórico e de que, nesse uso, os aspectos retóricos devem prevalecer sobre os aspectos lógico-gramaticais. Se a linguagem se estrutura tal como a sociedade, não há como fazer uma assepsia “lógica” dos elementos éticos, estéticos e políticos envolvidos em sua constituição intersubjeti-

13 *Idem*, p. 58.

14 Rousseau, *Ensaio*, p. 169.

15 *Idem*, p. 171 (a noção de “efeito moral” encontra-se também nas p. 179 e 187).

16 Bento, *op. cit.*, p. 70.

17 *Idem*, p. 85.

va. Não se pode esquecer que no primeiro parágrafo do *Ensaio sobre a origem das línguas* a palavra é definida como “a primeira instituição social”.¹⁸

Bento faz questão de salientar que a força natural e original da linguagem não gera a violência, mas, bem ao contrário, que o que gera a violência é precisamente a perda da força persuasiva da linguagem e, com ela, a aniquilação de seu caráter eminentemente retórico. Na verdade, o último capítulo do *Ensaio* de Rousseau nos fala de duas perdas: a perda da capacidade de emocionar pelo cultivo da arte de convencer, e a perda do uso persuasivo da linguagem como cimento que institui e legitima a força pública. Citemos Rousseau:

Nos tempos antigos, em que a persuasão servia de força pública, a eloquência era necessária. De que serviria ela hoje, quando a força pública substitui a persuasão? Não se precisa de artifícios nem de figuras de estilo para dizer: *esta é a minha vontade*. Que discursos restam a fazer, portanto, ao povo reunido? Sermões. [...] As línguas populares tornaram-se para nós tão perfeitamente inúteis quanto a eloquência. As sociedades adquiriram sua última forma: nelas só se transforma algo com artilharias ou escudos.¹⁹

Aos tempos antigos, em que a eloquência era necessária e servia *de* força pública, Rousseau opõe a violência moderna *da* força pública: em vez de persuasão, sermões e imposição da vontade; em vez de eloquência para convencer, artilharias ou escudos. O niilismo linguístico de Rousseau mostra, então, sua clara face: de um lado, a vontade de verdade produz a mentira; de outro lado, a vontade de poder produz a violência. O cenário sombrio vem da ausência causada pela perda de uma linguagem que favorece as trocas intersubjetivas, por mais que o domínio generalizado da concepção logocêntrica (lógica e universalista) possa escamoteá-la. Creio, no entanto, poder ampliar o quadro da perspectiva niilista abordada por Bento, observando que, nos dias de hoje, mesmo dentro de um contexto em que há o uso persuasivo da linguagem, uma violência (que eu chamaria de invisível) também se estabelece. No meu entender isso ocorre quando, pela mobilização de certos elementos sensíveis ou afetivos, a *arte* da expressão que busca a transparência dos afetos transfigura-se em *técnica* fria e calculada para a produção de máscaras que visam à manipulação e, em muitos casos, à própria destruição silenciosa de seres humanos. Foucault tem muito a nos dizer sobre isso.

Para terminar, eu diria que a concepção retórica da linguagem que Bento Prado Jr. nos oferece quando interpreta o *Ensaio* de Rousseau apresenta dois aspectos que merecem ser aprofundados: (a) o aspecto sob o qual ele defende um uso retórico da linguagem eticamente comprometido – o que o distanciaria de uma concepção da retórica meramente baseada em provas lógicas de raciocínio; (b) e o aspecto sob o qual, em sua visão, o tratamento dos elementos estéticos ou estilísticos da linguagem não poderia ser deixado de lado quando se investiga a eficácia persuasiva dos argumentos. Ao seguir Rousseau e incluir a *mimesis* como elemento constitutivo da linguagem, Bento nos ensina uma concepção de retórica que absorve, em larga medida, os aspectos da linguagem que os antigos peripatéticos reservavam ao campo estrito da poética.

18 Rousseau, *Ensaio*, p. 109.

19 Rousseau, *Ensaio*, p. 188.